

VI EDIPE – Comunicação Oral

O Mundo Antigo a Nova História Cultural e a Educação Superior¹

Resumo

Com o desenvolvimento da Nova História Cultural a partir da década de 80 do século XX a disciplina de História Antiga passou a interpretar os eventos e fatos históricos a partir das noções de conflitos de identidades, conflitos culturais entre as grandes hegemonias políticas e as minorias étnicas e não mais pelas noções de ascensão e queda, evolução histórica e conflito de classes. Em vista do desenvolvimento dessas novas perspectivas o presente trabalho sugere que uma nova perspectiva de ensino da História Antiga para a Educação Superior deve ser formulada. Para isso se faz necessário elaborar novas periodizações para a História Antiga e novas formas de abordagens que levem em conta o contato cultural, político e social que aconteceram entre Gregos, Romanos, Judeus e os povos do Antigo Oriente em vez de manter a atual perspectiva na qual as civilizações da Antiguidade Clássica são estudadas isoladamente das civilizações Orientais como sugeriu a portaria do Enade de 2011. Para tanto sugerimos uma nova metodologia para o ensino da História Antiga na Educação Superior que é denominada a teoria das periferias dinâmicas. Essa teoria foi desenvolvida pela nova historiografia alemã que adotou a concepção na qual os eventos históricos, como as guerras entre os diferentes povos antigos, devem ser estudados pela teoria da sincronia do não sincrônico.

1.0 Introdução

Este trabalho faz uma reflexão sobre o ensino da História do Mundo Antigo nos cursos universitários brasileiros, ressaltando os principais desafios, problemas e apontando as possíveis contribuições que a Nova História Cultural e a História do Mediterrâneo podem fornecer para o ensino da História Antiga. Segundo Guarinello a Nova História Cultural desenvolvida a partir da década de 1980 colocou em destaque as identidades e as relações culturais existentes entre as grandes hegemonias políticas e culturais e as minorias étnicas. Desse modo, “foram revistas identidades nacionais, étnicas e religiosas,” (2013, p. 40). A Nova História Cultural com as suas perspectivas metodológicas e epistemológicas ajudou pesquisadores do Mundo Antigo a interpretar a História Antiga a partir das integrações e conflitos culturais que aconteceram entre os diferentes povos e culturas que viveram no Mediterrâneo Antigo e nas suas adjacências. Assim, este trabalho mostra que é possível construir uma “nova abordagem” para o ensino da História Antiga dentro da Educação Superior que destaque não somente a história da civilização greco-romana, a narrativa mestra, mas também a história dos

¹ Victor Passuello, Doutor em Estudos Clássicos pela Universidade de Reading (Inglaterra), professor no Câmpus da UEG Luziânia e professor titular 1 das Faculdades Integradas Pioneiras (UPIS-DF). E-mail para contato: victor_passuello@hotmail.com

‘outros’ povos antigos que viviam nas periferias do Mediterrâneo tais como os persas, judeus e cartagineses. Os principais conceitos epistemológicos da Nova História Cultural a serem usados neste trabalho serão os conceitos de periferias dinâmicas ou periferias de recorte usados pelos historiadores medievalistas Win Blockmans e Peter Hoppenbrouwers (2012) e Norberto Guarinello, professor de História Antiga da Universidade de São Paulo (USP) (2013).² Ao final da comunicação vamos fazer um balanço sobre as vantagens e desvantagens de se usar o conceito de periferias dinâmicas para a Educação Superior, defendendo a sua implantação em curto prazo. Antes de começar a nossa análise sobre o conceito de periferias dinâmicas se faz necessário uma breve análise sobre o ensino da História Antiga nas Instituições de Ensino Superior Particulares (IES) e nas Universidades Públicas Brasileiras.

1.0 O ensino do mundo antigo em terras brasileiras

Como argumentam Renata Senna Garaffoni, Pedro Paulo Funari e Renato Pinto estudar o mundo antigo no Brasil pode parecer bem exótico, uma vez que o Brasil está muito distante geograficamente do mundo antigo Clássico e Oriental (2010, p 12-13).³ O convívio dos estudantes e dos pesquisadores da História Antiga com os seus colegas das outras áreas da história, em muitos casos, é problemático. Normalmente na academia brasileira os pesquisadores e alunos das outras áreas do saber histórico acham que os estudiosos da antiguidade tem um perfil conservador por causa, em parte, do estudo das línguas antigas e da necessidade de uma formação intelectual especializada. Essa visão estereotipada ainda perdura no senso comum da sociedade e entre alguns estudantes ‘calouros’ das universidades e faculdades brasileiras.

No entanto, essa visão foi mudando com o surgimento de novas possibilidades analíticas para o estudo da história do Mundo Antigo no mundo e no Brasil. Esse desenvolvimento tomou forma a partir da segunda metade do século XX com o desenvolvimento de novas linhas interpretativas sobre a História econômica, a História Antropológica e social do Mundo Antigo lideradas em grande parte pelos trabalhos de Moses Finley e Jean Pierre Vernant. Mais recentemente, na década de Noventa do Século XX, os trabalhos da Nova História Cultural do Mundo Antigo destacaram a

² Noberto Luiz Guarinello *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2013. Wim Blockmans & Peter Hoppenbrouwers Introdução à História Medieval 300-1550. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

³ Renata Serra Garraffoni, Pedro Paulo Funari e Renato Pinto, “O Estudo da Antiguidade no Brasil: as contribuições das discussões teóricas recentes,” in Richard Hingley *O Imperialismo Romano: novas perspectivas a partir da Bretanha*. São Paulo: Annablume, 2010.

importância do conceito de identidade no lugar do conceito de classe.⁴ A Arqueologia e a Iconografia também contribuíram para a popularização do estudo da história antiga no Brasil ao abordarem questões importantes do mundo cotidiano e material, assim como os estudos de recepção, que ajudou a desenvolver um diálogo frutífero entre o nosso presente e o passado por meio do legado do mundo clássico e dos estudos bíblicos para a modernidade. Além disso, como disse Pedro Paulo Funari (2003, pp. 95-107)⁵ o ensino do mundo antigo no Brasil alcançou um grande desenvolvimento por vários fatores, os principais que podemos citar são os seguintes:

1. O restabelecimento dos civis no poder com o fim da ditadura a partir do movimento das diretas já em 1983-1984 propiciou uma renovação “nas discussões sobre o ensino de História na escola fundamental e média, a História Antiga já apresentava como um grande tema. Em reuniões da ANPUH, havia mesas redondas sobre isso, assim como fervilhavam as propostas curriculares que tinham de haver com os períodos da História” (2003, p. 95).
2. Os parâmetros curriculares do início da década de 1960 estabeleciam os temas de História Antiga que deveriam ser conhecidos pelos professores.
3. A formação dos profissionais da área de estudos antigos melhorou bastante com o desenvolvimento dos centros de pós-graduação em história antiga.
4. Aumento da publicação de livros paradidáticos na área de história antiga.
5. Aumento da tradução de obras de referência da área de história antiga produzidas no exterior para a língua portuguesa.
6. Melhoria e inovação dos recursos didáticos que podem ser aplicados na sala de aula com o avanço da internet.
7. Aumento da publicação de revistas eletrônicas especializadas no estudo da história antiga.
8. Descentralização do estudo e pesquisa sobre o mundo antigo no Brasil que agora não está mais restrito ao eixo Rio-São Paulo.
9. Formação de grupos de trabalhos em história antiga (GTs) nos diversos Estados brasileiros ligados a ANPUH.

⁴ Para maiores detalhes veja Guarinello (2013, pp. 39-46).

⁵ Pedro Paulo Funari “História Antiga: a renovação da História Antiga,” in *História na Sala de Aula: conceitos, práticas e propostas*. Leandro Karnal (org.). São Paulo: Contexto, 2003, pp 95-107.

10. Maior contato entre os classicistas e os orientalistas, quebra de paradigmas em relação aos estudos do mundo antigo, que agora, não se restringem mais ao estudo das civilizações gregas e romanas.

2.0 Dificuldades

Mesmo assim uma visão estereotipada do estudo do mundo antigo ainda persiste entre alguns setores da sociedade brasileira principalmente por causa do conservadorismo curricular que pode ser observado nos cursos de História da Educação Superior. Existe no Brasil uma grande distância entre a pesquisa do Mundo Antigo feita nas Pós-Graduações das Universidades Públicas Brasileiras e a História ensinada nas IES brasileiras e na Educação Básica.

Dentro das universidades brasileiras as grades curriculares dos cursos de graduação história dão pouco espaço para o ensino e estudo da História Antiga. Nas universidades brasileiras, em geral, existem apenas duas matérias obrigatórias para o ensino da História Antiga. Muito pouco para mostrar toda a renovação que está acontecendo atualmente. Veja, por exemplo, a seguir, quais foram os conteúdos curriculares que foram cobrados no componente específico para a prova de história do Enade realizada em 2011:

I - TEORIA E METODOLOGIA DA HISTÓRIA

História: acontecimento e conhecimento. Categorias e conceitos fundamentais do conhecimento histórico: verdade, tempo, espaço, estrutura, processo, evento, sujeito. As fontes históricas e as técnicas de investigação. As referências teórico-metodológicas e seu papel no processo de produção do conhecimento histórico. O historiador e seu trabalho: a presença da subjetividade e os limites da objetividade. A função social do historiador. A relação entre memória e história. O fato histórico como construção. A Escola Metódica. O Materialismo Histórico. A Escola dos Annales e a Nova História. A Nova Historiografia Marxista. Micro-História. A Nova História Cultural. A Historiografia Pós-Estruturalista. História das Mentalidades e do Imaginário. A Nova História Econômica e Política. A História do Tempo Presente. A Historiografia Brasileira Contemporânea.

II - HISTÓRIA ANTIGA

Aspectos do povoamento, periodizações e paisagens geográficas da Antiguidade. A civilização egípcia. As civilizações mesopotâmicas. As civilizações da Antiguidade: chinesa, hindu, hebraica, fenícia, hitita, persa e africana. A civilização grega. A civilização romana. A historiografia sobre o mundo antigo.

III - HISTÓRIA MEDIEVAL

O colapso do Império Romano e as sociedades germânicas. As invasões dos povos bárbaros e a formação dos reinos bárbaros. A gênese da sociedade feudal. O feudalismo. O problema demográfico. A civilização, a cultura e a expansão muçumana. A civilização bizantina e a expansão turca. As cruzadas. O desenvolvimento mercantil e as cidades. A crise do feudalismo. A Guerra dos Cem Anos. As origens da

burguesia. A constituição das monarquias nacionais. A cultura medieval. A Igreja Católica. A historiografia sobre o período medieval.

IV - HISTÓRIA MODERNA

A formação dos estados modernos. O Renascimento e a ciência. As reformas religiosas (protestante e católica). A transição do feudalismo para o capitalismo. O Mercantilismo e o Absolutismo. A expansão marítima europeia e a formação dos impérios coloniais. As revoluções inglesas do século XVII. As transformações econômicas na Inglaterra no século XVII. A Revolução Industrial. O movimento Iluminista. A crise do Antigo Regime. A historiografia sobre o período moderno.

V - HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

A Revolução Francesa. Os regimes monárquicos restaurados. O nacionalismo, o liberalismo e o romantismo. As revoluções de 1820, 1830 e 1848. A industrialização europeia no século XIX. Os movimentos operários e camponeses. As unificações da Alemanha e da Itália. O Japão: imperialismo, modernização e industrialização. A expansão colonialista e o imperialismo europeu. A Primeira Guerra Mundial. A Revolução Russa, a Revolução Chinesa e o comunismo no século XX. Os regimes totalitários. A Segunda Guerra Mundial. O pós-guerra. A descolonização do mundo afro-asiático e a formação do Terceiro Mundo. A crise do capitalismo nos anos setenta. Cultura e sociedade de consumo. O fim da URSS. As relações internacionais após o fim da Guerra Fria. Os impasses da globalização. Discussões historiográficas concernentes aos conteúdos discriminados acima.

VI - HISTÓRIA DO BRASIL

Culturas indígenas pré-coloniais. A expansão europeia e a conquista. A administração colonial portuguesa e as relações entre o poder local e o poder metropolitano. A economia exportadora e a produção para o mercado interno. A mineração e a urbanização na América portuguesa. A escravidão indígena e a escravidão africana. Religião e religiosidade na Colônia. Motins, revoltas e conspirações no período colonial. A crise do sistema colonial. A presença da família real no Brasil e a Independência. A organização da monarquia no Brasil: a estrutura política e os movimentos sociais. Escravidão e mudanças nas relações sociais.

Economia cafeeira, urbanização e modernização. A política externa e as relações internacionais. Cultura e sociedade. A crise da monarquia. A organização republicana. Industrialização, urbanização e imigração. Conflitos sociais na cidade e no campo e os processos migratórios. Movimentos culturais e a identidade nacional. A Revolução de 1930. Nacionalismo e projetos políticos: Aliança Nacional Libertadora, integralismo, comunismo, trabalhismo. Estado Novo: economia, sociedade e cultura. A experiência democrática: partidos, planejamento econômico, industrialização, modernização e modernidade. Os governos militares: modernização conservadora; internacionalização da economia, planejamento econômico, mudanças sociais e culturais e a luta contra o autoritarismo. A transição democrática. O Brasil atual. A historiografia brasileira.

VII - HISTÓRIA DA AMÉRICA: *A América pré-colonial. As Civilizações Inca, Maia e Asteca. A expansão europeia, a conquista e a colonização. América espanhola: organização social, política e econômica. A colonização inglesa. As independências e a formação dos Estados nacionais na América. Caudilhismo e liberalismo na América Latina. A estruturação das economias americanas no século XIX. A Guerra Civil Norte-Americana. As intervenções dos EUA na América Latina. A crise do Estado oligárquico. A Revolução Mexicana. Estado e populismo na América Latina. A Revolução Cubana. As ditaduras latino-americanas. As crises político-institucionais na América Central. Os processos de democratização na América Latina. Sociedade e movimentos culturais. A historiografia.*

dos temas indicados acima, a prova do Enade 2011 terá, em seu componente específico da área de História, 30 (trinta) questões, sendo 3 (três) discursivas e 27 (vinte e sete) de múltipla escolha, envolvendo situações-problema e estudos de casos.

Art. 9º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS EDUARDO MORENO SAMPAIO

Ao observarmos o componente curricular da História Antiga da prova do Enade de 2011 vemos o quanto ele está defasado tanto em relação à quantidade de temas a serem estudados como em relação aos diferentes tipos de periodização, ou seja, as balizas cronológicas, que podem ser estudadas e discutidas pelos discentes e docentes da Educação Superior.

Cabe observar que no último Enade de História o Inep pela portaria Nº 266, de 2 de Junho de 2014 não publicou um currículo específico para a prova de História do Enade. Essa mudança pode indicar que o Inep esteja agora seguindo as recomendações do Parâmetro Curricular Nacional para a área de História que não fornece muito espaço ao tratamento cronológico da História uma vez que a abordagem do PCN de História está centrada nos sujeitos históricos que estão incluídos em contextos variados subordinados. Mais ainda, como afirma o professor de História da UFRGS José Rivair Macedo o PCN de História trabalha com pressupostos pedagógicos e conceitos “abrangentes, destinados a promover a apreensão da realidade social com base nas múltiplas dimensões temporais, na diversidade étnica e cultural” (Macedo, 2003, p. 111).

O componente curricular de História Antiga elaborado pelo INEP para a prova do Enade de 2011 seguiu uma baliza cronológica desatualizada que não levou em conta os progressos feitos pela historiografia antiga. A primeira falha que podemos perceber está relacionada com a não inclusão do mundo da Antiguidade Tardia que começa no Século IV d.C. e termina no Século VII d.C. O mundo da Antiguidade Tardia foi um período fértil para a civilização Mediterrânica Antiga, pois foi durante esse período que ocorreu a expansão do cristianismo antigo e o seu encontro com a cultura clássica (cultura grega e romana). Esse período foi muito rico em termos culturais e religiosos. Foi nesse período também que houve a difusão do Islamismo para além das fronteiras do mundo antigo. Sem o estudo da Antiguidade Tardia não temos como entender como surgiu o Império Bizantino, pois ele é derivado do Império Romano do Oriente que em certo sentido como disse Norberto Guarinello é uma continuação do Império Romano em termos políticos (2013, p. 45). A nossa grade curricular de História Antiga tanto em relação à queda do Império Romano como em relação as discussões sobre ‘o fim do mundo antigo’ e o começo da Idade Média segue o marco cronológico e ideológico estabelecido pelo autor inglês do século XVIII Edward Gibbon, que na sua monumental obra *A ascensão e queda do Império Romano* (1783) disse que a civilização romana e o

mundo antigo entraram em decadência por causa da ascensão do Cristianismo. Essa visão de Gibbon é muito preconceituosa para com o Cristianismo Primitivo e para com o período da história Antiga conhecido como Antiguidade Tardia em geral. Ela representa uma visão do Iluminismo Francês, pois foi na Suíça francesa que Gibbon teve contato com as obras dos iluministas franceses. Gibbon escreveu grande parte da sua obra na Suíça (Lausanne). De acordo com os iluministas e Gibbon o Cristianismo representava uma cultura atrasada para civilização Ocidental dentro do ponto de vista do avanço do conhecimento humano que desenvolve-se na Europa a partir do século XVI.

Longe de representar um período de decadência para a Cultura Clássica o período da Antiguidade Tardia mostra que a Cultura Antiga tinha uma grande vitalidade, pois mesmo com a ascensão do Cristianismo muitos aspectos da cultura clássica sobreviveram. Houve somente uma profunda transformação no Mundo Antigo Mediterrâneo quando imperador romano do Oriente Heráclio I (610-641 d.C.) sofreu uma derrota humilhante pelas mãos dos árabes em 636 d.C. Heráclio I perdeu o domínio para sempre das regiões da Síria e da Palestina. O Egito foi conquistado logo após a morte de Heráclio. Essas regiões eram riquíssimas, pois nessas regiões à produção de produtos agrícolas e o comércio e consumo de produtos de luxo eram consideráveis. Desse modo, a derrota de Heráclio representou o fim da tentativa de reconquista das províncias orientais e ocidentais do Império Romano pelos imperadores romanos do Oriente. A derrota para os árabes em 636 d.C. por parte das tropas de Heráclio na batalha do rio Yarmuk no Sudoeste do mar da Galiléia, para muitos pesquisadores, marcou assim, a transformação do Mundo Antigo para o Medieval, pois a partir do século VII d.C. a Europa Ocidental viu a ascensão do primeiro império que não tinha uma origem Mediterrânea, o império dos Carolíngios em 721 d.C. com a ascensão de Carlos Martel. A partir daí o mundo Mediterrâneo ficou conhecido como o mundo das três civilizações. Essa nova baliza cronológica surgiu graças aos trabalhos de Henri Pirenne no livro *Maomé e Carlos Magno* (1922). Nessa obra Pirenne argumentou que a economia mediterrânica clássica passou por uma grande transformação com a conquista árabe do Mediterrâneo Oriental no século VII d.C. Depois disso, já na década de 1980, com os trabalhos do historiador Inglês Peter Brown a tese de Pirenne consolidou-se dando forma a ampliação das balizas cronológicas tradicionais com a criação do mundo da Antiguidade Tardia como vimos no começo deste trabalho. Brown retomou a tese de Henri Pirenne para afirmar que entre os séculos IV-VII d.C. criou-se uma nova cultura

religiosa, social e política no Mediterrâneo, fruto do diálogo aberto entre o Cristianismo e a Cultura Clássica. Como disse Norberto Guarinello o livro de Peter Brown *O Mundo da Antiguidade Tardia* “foi um divisor de águas” (2013, p. 44-45).

Outra grande lacuna curricular que acontece em relação à periodização da História Antiga em terras brasileiras refere-se ao período da História Antiga conhecido como o Período Helenístico. Alguém pode argumentar que ao incluir o tema “civilização grega” a prova do Enade contemplou esse período uma vez que o período Helenístico é definido normalmente como o período da história antiga Grega que marcou a expansão da cultura grega no Mediterrâneo para outras partes do mundo a partir das conquistas de Alexandre Magno no século IV. No entanto, o termo Helenístico significa muito mais que a expansão da cultura grega no mundo antigo. O termo Helenístico se seguirmos a definição dada pelo historiador russo Mikhail Rostovtzeff (1870-1952) e adotada pelos historiadores atualmente significa não somente a expansão da cultura grega pelo Mundo Antigo, mas também a fusão e o encontro efetivo entre a cultura Grega, Judaica, Mesopotâmica, Persa e Hindu.⁶ Na época Helenística que durou do século IV a.C. até o século I a.C. houve a criação de “reinos-mundo” no Mediterrâneo e nas suas margens, para usar um termo cunhado por Norberto Guarinello (2013, p. 53). O processo de integração do Mediterrâneo com uma parcela do continente asiático na Antiguidade não foi tão efetivo como aconteceu em épocas posteriores (Moderna e Contemporânea), mas mesmo assim pode-se observar que a partir da época Helenística houve sim uma grande integração entre o Ocidente e o Oriente Mediterrânico em comparação com as épocas anteriores graças às expedições de Alexandre Magno. Essa interação não somente marcou a expansão da cultura grega para o “oriente”, mas também marcou a expansão da cultura oriental para o Mediterrâneo ocidental. Definitivamente os conteúdos curriculares de História Antiga

⁶ Para maiores detalhes sobre Rostovtzeff veja os comentários de Norberto Guarinello sobre o fato que as suas obras aproximaram “Ocidente e Oriente”, pois Rostovtzeff, segundo Guarinello tentou estudar essas culturas antigas de uma forma articulada usando não somente a documentação escrita, mas outros tipos de fontes, como a evidência arqueológica dos objetos do cotidiano (2013, p. 31-32). Cabe lembrar aqui que Mikhail Rostovtzeff é um “filho do seu tempo” pois nem todas as suas análises podem ser tomadas “como exemplo das perspectivas atuais da História Antiga, que tem assimilado abordagens como a História Social e a História Cultural” como nos lembra Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva, *Dicionário de Termos Históricos*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 20. Note-se que o termo civilização Hebraica não é a mesma coisa do que o termo Judaísmo, pois existiu uma ruptura histórica entre a civilização Hebraica com a queda do Reino de Israel, que incluía os reinos do Norte e do Sul e o Judaísmo, representado pelo reino do Sul cuja a capital era Jerusalém que sobreviveu depois da destruição do Templo de Jerusalém por Nabucodonossor II em 586 a.C.

da prova do Enade estão defasados. Eles não contemplam nenhuma articulação entre as diversas culturas antigas. A descrição dos conteúdos curriculares de História Antiga da prova do Enade de 2011 sugere que as diversas civilizações antigas devem ser estudadas de uma forma estanque. Sabemos que é impossível estudar todas as civilizações citadas no componente curricular de História Antiga, pois não existe tempo ou especialistas em todas essas áreas, mas mesmo assim podemos estudar as civilizações antigas de forma articulada levando em conta alguns processos de integração que aconteceram no Mediterrâneo Antigo e nas suas adjacências.

Outro problema que podemos observar no conteúdo temático na grade curricular de História Antiga é a descrição das culturas e civilizações antigas que parece seguir uma concepção tradicional da história universal de cunho enciclopédico. O grande representante desta linha de interpretação foi o historiador inglês Arnold Toynbee (1889-1975) que em sua famosa obra “A Study of History” (*Um Estudo da História*, 1934-1961) propôs que as civilizações mundiais deviam ser estudadas pelo modelo interpretativo de ascensão e queda.⁷ Esse tipo de interpretação histórica não reflete os avanços historiográficos que aconteceram no campo da historiografia antiga nas últimas décadas. Pode-se notar também a ausência de referência explícita aos estudos de recepção da antiguidade em épocas posteriores que ajuda a tornar o ensino da História Antiga menos ‘exótico’ e também ajuda a aproximar os historiadores da antiguidade com os profissionais do campo da Teoria e da Metodologia da História.

As considerações feitas até agora parecem, em um primeiro momento, não serem muito relevantes, pois a grande maioria dos professores das matérias obrigatórias de História Antiga nas maiorias das universidades públicas brasileiras têm a liberdade de

⁷ Como disse José de Assunção Barros em seu artigo sobre a metodologia histórica de Toynbee. A concepção de História de Toynbee não levava em consideração as culturas regionais e a sua influência sobre as culturas hegemônicas (2009, p. 225) “O interesse pelos regionalismos, contudo, passava muito longe das preocupações de Arnold Toynbee. Ambicionando fazer da história algo mais grandioso, que pudesse transformá-la em um monumental instrumento para a compreensão humana e para uma explicação da crise que o Ocidente expressara a partir das duas Guerras Mundiais, o historiador inglês pôs-se entre 1934 e 1961 a examinar comparativamente a história do mundo, até identificar 21 civilizações para as quais estava particularmente preocupado em estabelecer analogias válidas, ao mesmo tempo em que buscava rejeitar o pessimista “ciclo vital” proposto por Oswald Spengler. Embora reconhecendo como um dos modos de desenvolvimento da humanidade o aspecto “cíclico”, Toynbee matizava-o com outro aspecto igualmente importante – o modo de desenvolvimento progressivo. Se as civilizações podiam decair, também tinham a possibilidade de serem bem-sucedidas em uma espécie de “luta pela sobrevivência”, bem ao estilo darwinista, na qual desempenharia papel importante um mecanismo de “incitação e resposta” que seria o verdadeiro motor das civilizações” (BARROS, José D'Assunção, “Arnold Toynbee e a história comparada das civilizações.” Em *Biblios*, 23, nº1, 219-229, 2009)

seguir uma outra grade circular nos seus cursos. No entanto, deve-se notar, como disse Kátia Abud (2001, p. 28 *apud* Marilena Chauí 1980, pp. 24-40):

“Que os currículos e programas constituem o instrumento mais poderoso de intervenção do Estado no ensino, o que significa suas interferências em última instância, na formação da clientela escolar para o exercício da cidadania, no sentido que interessa aos grupos dominantes. Através dos programas divulgam-se as concepções científicas de cada disciplina, o estado de desenvolvimento em que as ciências de referência se encontram, e, ainda que direção devem tomar ao se transformar em saber escolar. Nesse processo, o discurso do poder se pronuncia sobre a educação e define o seu sentido, forma, finalidade e conteúdo e estabelece, sobre cada disciplina, o controle de informação a ser transmitida e da formação pretendida...”

E não paramos aqui, pois segundo Kátia Abud (2001, p. 28 *apud* Chauí, 1980, pp 24-40)⁸ o currículo e programas também contribuem para a disseminação do discurso de poder;

“e para a difusão da ideologia entendida como “um *corpus* de representações e normas que fixam e preservam de antemão *o que e como* se deve pensar, agir e sentir, com a finalidade de produzir uma universalidade imaginária da qual depende a eficácia da ideologia para produzir um imaginário coletivo, no qual os indivíduos se localizem...”

É pelos motivos listados acima que se fazem necessários tanto a renovação da grade curricular do estudo da História Antiga na Educação Superior como o desenvolvimento de novos processos de ensino e aprendizagem. A grade curricular como está articulada atualmente contribui para uma visão ‘datada’ do ensino da história antiga fato esse que não contribui muito para o processo de ensino e aprendizagem dos discentes que estão matriculados nas IES, pois essas contam com profissionais que não

⁸ Kátia Abud, “Currículos de História e políticas públicas, os programas de história do Brasil na escola secundária.” *In O Saber Histórico na Sala de Aula*. São Paulo: Contexto, 2001, pp. 28-41.

necessariamente estão acompanhado o grande desenvolvimento historiográfico, metodológico e teórico que está acontecendo com a escrita da História Antiga nos últimos tempos, pois nessas instituições o incentivo a pesquisa não é muito estimulado.

3.0 Novas propostas para o ensino de História Antiga no Brasil

O recente livro de Norberto Guarinello, *História Antiga* propõe um novo modo de estudar a História Antiga. Para resumir a sua ideia central pode-se dizer que ele propõe que a História Antiga deve ser estudada como tendo o seu quadro principal o Mediterrâneo Antigo, pois as diferentes comunidades que existiam no Mediterrâneo “viviam em uma grande teia de relações” (2013, 51). Através do estudo dessa teia de relações que aconteceram no Mediterrâneo antigo podemos articular como se deu o contato entre as culturas hegemônicas antigas e as minorias culturais que viviam no Mediterrâneo. Esse tipo de interpretação da História Antiga traz grandes vantagens e perdas como disse Guarinello (2013, p. 48), pois atualmente os historiadores, em geral, não conseguiram integrar

“de modo satisfatório as antigas Histórias da Mesopotâmia e do Egito na História do Mediterrâneo... além de ignorar questões importantes para o estudo da História Antiga, tais como, “a invenção da agricultura, o surgimento das primeiras cidades e Estados, a invenção da escrita, a Idade do Bronze e muito mais,” (2013, p. 48).

A interpretação de Guarinello traz algumas vantagens. Corresponde melhor às divisões reais entre os especialistas dentro da disciplina. Possibilita, além disso, segundo Guarinello (2013, p. 48):

“colocar questões mais específicas a uma dada região do planeta por meio de algumas perguntas que nos interessam hoje em dia, de que modo se deram os processos de integração humana na bacia do Mediterrâneo? Como pensar a integração humana na longa duração? Quais são as suas causas, seus ritmos, os problemas que criou ou resolveu?”

Seguindo a argumentação de Guarinello (2013) vamos fazer uma proposta inicial do ensino da História Antiga que incorpora a culturalização da História Antiga e o contato cultural que aconteceu entre as potências hegemônicas e as minorias regionais. No entanto, essa proposta apresenta algumas diferenças em relação à proposta

de Guarinello, pois o principal aspecto do contato entre os diversos povos antigos a ser ressaltado neste trabalho não é o Mediterrâneo, mas o próprio recorte dos eventos históricos e dos temas culturais, políticos e religiosos que uniram as diferentes civilizações antigas. Essa perspectiva metodológica e epistemológica é influenciada pela recente discussão da historiografia alemã que é conhecida como a teoria da ‘sincronicidade do não sincrónico’ desenvolvida, entre outros, pelo filósofo alemão marxista Ernest Bloch. De acordo com essa teoria existiram interações ao longo da história “entre as sociedades que estavam em diferentes níveis de desenvolvimento e que coexistiam num mesmo tempo e espaço” (Blockmans e Hoppenbrouwers, 2012, p. 7). Paralelamente ao grande desenvolvimento das grandes potências hegemônicas que surgiram no mundo antigo havia outras sociedades e povos que interagiam de algum modo com essas potências. Essas interações provam que a História Antiga não deve ser estudada de um modo estanque influenciada pela perspectiva de ascensão e queda, mas sim por uma perspectiva de sincronicidade e não sincronicidade que destaca tanto as semelhanças das evoluções históricas entre os diferentes povos, os seus contatos que aconteceram quase que ao mesmo tempo, como também as particularidades históricas e culturais de cada civilização.

Essa teoria adaptada ao discurso da história pode ser definida como a teoria das “periferias dinâmicas”. Isso quer dizer que as minorias culturais durante determinados eventos históricos entraram em um contato efetivo com as potências hegemônicas o que por sua vez pode ter provocado tanto um processo de assimilação cultural como também um processo de transformação cultural que levaram as minorias culturais a criarem táticas de resistência cultural dinâmicas. Assim esta proposta de ensino privilegia certos eventos históricos no tempo e no espaço que propiciaram um efetivo contato entre as culturas hegemônicas e as minorias culturais do mundo antigo. A história desses contatos servirá também para os mestres e professores introduzirem uma análise mais pormenorizada das minorias culturais que existiam no Mundo Antigo. As vantagens desse tipo de narrativa histórica são as seguintes:

1. Mostrar que as culturas antigas desenvolveram entre si relações dinâmicas.
2. Dar oportunidade aos estudantes conhecerem com algum detalhe os povos antigos que não são normalmente estudados nos manuais universitários de História Antiga.

3. Mostrar como as evoluções estruturais internas dos diferentes povos antigos afetaram as suas interações com os outros povos.
4. O estudo das civilizações mesopotâmias e orientais que não estabeleceram um contato efetivo com os povos Mediterrânicos não fica muito prejudicado por causa da perspectiva de periferias dinâmicas.
5. Relevância para um mundo globalizado no qual o processo de interação cultural vem gerando resistências e aproximações.
6. Discussão de novas balizas cronológicas para o estudo da antiguidade.
7. Existência de um manual universitário que adote uma metodologia semelhante (Blockmans e Hoopenbrouwers, 2012).

As desvantagens são as seguintes:

1. Como no caso da metodologia discutida por Guarinello (2013, 48) o estudo de alguns aspectos da histórica antiga ficam negligenciados como os eventos que aconteceram antes do primeiro milênio a.C. por causa da falta de contatos efetivos entre as diferentes culturas antigas.
2. Grande quantidade de informações que devem ser estudadas e compreendidas pelos alunos.
3. Poucas obras publicadas em Português que servirão de referência para futuros estudos
4. Necessidade de especialistas nos diferentes campos da história antiga.
5. Os professores que adotarem a perspectiva aqui discutida devem ter formação multidisciplinar no campo da História Antiga.

4.0 Conclusão

Podemos concluir, mesmo que provisoriamente, que as novas perspectivas metodológicas e epistemológicas desenvolvidas pela Nova História Cultural são benéficas para o ensino da História Antiga apesar de reconhecermos que a lacuna existente entre a História pesquisada e ensinada nunca vai ser eliminada. Mesmo assim, acreditamos que a nova perspectiva metodológica e epistemológica sobre o ensino da História Antiga discutida neste trabalho tem muito a contribuir para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem dos alunos do Ensino Superior demonstrando que o ensino da História Antiga pode ser útil e significativo para a discussão das

questões atuais que envolvem a globalização, os conflitos entre Oriente e Ocidente e o processo migratório dos refugiados Sírios que a Europa está enfrentando atualmente.

4.0 Referências

ABUD, Kátia. “Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na escola secundária.” In Circe Bittencourt (org.). *O Saber Histórico na Sala de Aula*. 4 Ed. São Paulo: Contexto, 2001, p. 28-41.

BARROS, José D'Assunção, “Arnold Toynbee e a história comparada das civilizações”. Em *Biblios*, Rio Grande do Sul, 23, nº1, 219-229, 2009.

BLOCKMANS, Wim & HOPPENBROUWERS, Peter. *Introdução à História Medieval 300-1550*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

CHAUÍ, M. de S. “Ideologia e Educação.” *Educação e Sociedade*. São Paulo, n. 5, 1980, p. 24-40.

FUNARI, Pedro Paulo. “História Antiga: a renovação da História Antiga.” In *História na Sala de Aula: conceitos, práticas e propostas*. Leandro Karnal (org.). São Paulo: Contexto, 2003, p. 95-107.

GARRAFONI, Renata, FUNARI, Pedro Paulo e PINTO, Renato, “O Estudo da Antiguidade no Brasil: as contribuições das discussões teóricas recentes.” In Richard Hingley. *O Imperialismo Romano: novas perspectivas a partir da Bretanha*. São Paulo: Annablume, 2010.

GUARINELLO, Norberto. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2013.

INEP. Portaria Inep número 211, de 26 de Julho de 2011. Publicada no Diário Oficial de 27 de Julho de 2011, Seção 1, pág. 18.

INEP. Portaria Inep número 266, de 2 de Junho de 2014. Publicada no Diário Oficial da União em 04 de Junho de 2014.

VANDERLEI SILVA, Kalina & HENRIQUE SILVA, Maciel. *Dicionário de Termos Históricos*. São Paulo: Contexto, 2005.

